



**MATRIZ DE INDICADORES PARA CARACTERIZAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS: ABORDAGENS MORFOLÓGICA, FUNCIONAL, AMBIENTAL E SOCIAL: PRAÇA DE SÃO PAULO E MIRADOURO DE SANTA CATARINA (2019-2023).**

Page | 219

**Ana Cravinho<sup>a</sup>, Teresa Madeira da Silva<sup>b</sup>**

<sup>a</sup> Iscte-iul, DINÂMIA'CET, Lisboa, Portugal. E-mail: argcd@iscte-iul.pt

<sup>b</sup> Iscte-iul, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, DINÂMIA'CET, Lisboa, Portugal. E-mail: teresa.madeira@iscte-iul.pt

**RESUMO**

O presente artigo propõe caracterizar e avaliar dois espaços públicos, Praça de São Paulo e Miradouro de Santa Catarina, ambos na freguesia da Misericórdia, em Lisboa, através de uma matriz de indicadores quantitativos e qualitativos do espaço urbano, através das abordagens morfológica, funcional, ambiental e social, com o objetivo de neles determinar, fenómenos de segregação e inclusão, encontro e conflito existentes, num contexto de pré e pós pandemia, bem como novas configurações espaciais decorrentes da conjuntura epidémica Covid-19, entre 2019 e 2023.<sup>7</sup> A construção da matriz de indicadores do espaço urbano proposta, terá por base uma pesquisa bibliográfica, bem como a recolha de iconografia e cartografia e a observação participante, com recurso a entrevistas semi-diretivas e o desenho de mapas de fluxos e mapas comportamentais. Neste contexto destacam-se alguns autores cujos contributos foram importantes em termos metodológicos: Cullen (2018), Lynch (1999) [1960], Brandão (2011), Alves (2003) e De Angelis (2004), cujas propostas metodológicas incidem, sobretudo, nas componentes morfológica e funcional dos espaços. Para além destes, Gehl (2011) [1971], Reis & Lay (2006), a equipa do *Project for Public Spaces* (2012) e Salgado (2014), que propõem uma abordagem percetiva e cognitiva através de diferentes categorias definidoras da qualidade do espaço. Jacobs (2014) [1961] e Tonkiss (2013), que salientam a capacidade que um espaço tem de gerar interações entre atores urbanos e a especificidade dessas interações e Aniss (2022), que se centra nos aspetos de mobilidade, avaliando o design dos espaços públicos a partir da escala pedonal. A primeira abordagem acerca da matriz de indicadores do espaço urbano tem como base a matriz de Moro (2011) e o método de Szczepańska (2019), quanto às diferentes dimensões: morfológica, (1) funcional (2), ambiental (3) e social (4) e os contributos dos autores acima enunciados. A definição dos indicadores qualitativos, nas diferentes abordagens enunciadas é feita através de: entrevistas semi-diretivas, baseadas em questionários apoiados numa revisão da literatura, donde se destacam: De Angelis (2004) e Szczepańska (2019); leitura e análise de iconografia existente sobre os casos de estudo, nomeadamente, imagens consultadas no Gabinete de Estudos Olissiponenses e Arquivo Municipal de Lisboa, que contribuíram para uma melhor compreensão da evolução da dimensão social e leitura e análise da cartografia e fotografias aéreas que se consideraram relevantes, consultadas no Gabinete de Estudos Olissiponenses, para a

<sup>7</sup> Este artigo enquadra-se no âmbito de uma Tese de Doutoramento em Estudos Urbanos (Iscte-IUL e FCSH-UNOVA), da doutoranda Ana Cravinho com o título: Espaço Público - Dinâmicas de Conflito e tem o apoio da Bolsa de Investigação BI/14/2021, FCT/MCTES, DINÂMIA'CET-Iscte, referente ao Projeto de Investigação UrbanoScenes. Post-colonial imaginaries of urbanisation: A future-oriented investigation from Portugal and Angola (ref. PTDC/GES-URB/1053/2021).



caracterização morfológica dos casos de estudo, bem como o seu enquadramento na malha urbana, nomeadamente: Planta de João Nunes Tinoco, 1650; Carta Topográfica da Cidade de Lisboa, por Filipe Folque, 1856-1858 (n.º 42 e n.º 50); Levantamento de Silva Pinto, 1904-1911 (n.º 42 e n.º 50); Planta com a representação “*Da Parte Principal de Lisboa. Antes do Terremoto de 1755, com a indicação dos edifícios que resistiram ao terremoto ou tiveram pouca ruína, os edifícios que em grande parte resistiram ao referido terremoto e os edifícios que ficaram destruídos ou quasi destruídos*”, Planta com o novo plano de reconstrução dos Arquitetos Eugénio dos Santos de Carvalho e Carlos Mardel incorporado, Revista de Obras Públicas e Minas, 1909 e Plantas da cidade de Lisboa, pelo Instituto Geográfico e Cadastral, 1958 (nº 10-E e n.º 10-F).

A Praça de São Paulo foi selecionada como caso de estudo por possuir características particulares de apropriação territorial, num contraste marcante entre as suas vivências noturna e diurna e por se localizar num dos centros nevrálgicos da cidade de Lisboa, o Cais do Sodré e o Miradouro de Santa Catarina, por ter sido objeto de tensas formas de ocupação e uso social, revelando o conflito de interesses público/privado. Em 2018, com a inauguração da unidade hoteleira de luxo, Verride Palácio de Santa Catarina, o miradouro viu-se envolto em polémica, quando o conflito de interesses entre o empreendimento privado e a população frequentadora do espaço pôs em causa o livre acesso a este espaço e trouxe ao debate público, o direito à cidade. Ao selecionar estes dois espaços públicos pretendeu-se, através de uma amostra territorial, obter uma descrição atual e real e aferir comportamentos, fluxos e interações espaciais para assim, *in loco*, determinar as dinâmicas de conflito existentes.

A Praça de São Paulo pertence à freguesia da Misericórdia, distrito de Lisboa e localiza-se no Cais do Sodré, a Sul do Bairro Alto e junto ao Mercado da Ribeira e *Time Out Market* Lisboa, próximo da estação ferroviária do Cais do Sodré e do elevador da Bica (Fig. 1). Delimitada por edifícios comerciais, de hotelaria e restauração, habitacionais, de serviços e um edifício de cariz religioso - a igreja de São Paulo, a Praça de São Paulo e sua envolvente, apresenta-se como um espaço onde novas lógicas de uso e apropriação são realçadas pela proximidade com o boémio Bairro Alto e o coração do Cais do Sodré. Antes da criação da freguesia da Misericórdia, em 2012, a Praça de São Paulo pertencia à freguesia de São Paulo, freguesia criada originalmente, entre 1566 e 1568 por carta régia do Cardeal D. Henrique. No entanto, o sítio de São Paulo é já referido na literatura de viagens dos séculos XVII e XVIII, como local de referência para os comerciantes estrangeiros estabelecidos em Lisboa e para uma população ligada às atividades marítimas, inicialmente pescadores e posteriormente, uma burguesia com interesses no comércio de longa distância, (Araújo, 1938). Durante os séculos XVI e seguinte verifica-se um grande afluxo de populações à freguesia e sua fixação.

Após o terramoto, que destruiu parte desta zona ribeirinha, incluindo a igreja de São Paulo, determinou-se que a reconstrução da igreja seguiria uma orientação e localização diferentes da original (Fig. 2). Inicialmente, a igreja estaria localizada onde hoje é a Praça de São Paulo e a fachada principal encontrava-se orientada a Poente, (Araújo, 1938). A obra foi iniciada pelo Arquiteto Remígio Abreu, arquiteto do Senado Municipal e assistente de Eugénio dos Santos, de acordo com o estilo pombalino (estilo arquitetónico promovido e supervisionado por Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal) e com a fachada principal virada a Nascente, como se pode ver atualmente, (Almeida, 1975). A Praça de São Paulo, bem como o seu chafariz, apenas foram edificados no séc. XIX, apesar de já integrarem o projeto inicial de Marquês de Pombal. O chafariz, em forma de obelisco, é inaugurado a 29 de Outubro de 1849, iniciando o fornecimento de água no ano seguinte. A praça é calcetada, no mesmo ano em que o chafariz é inaugurado, seguindo o modelo pombalino, permanecendo arquitetonicamente inalterada até aos dias de hoje, (Araújo, 1938).



Fig. 1 - Vista aérea da Praça de São Paulo e sua envolvente (circunferência a preto), (Gabinete de Estudos Olissiponenses).

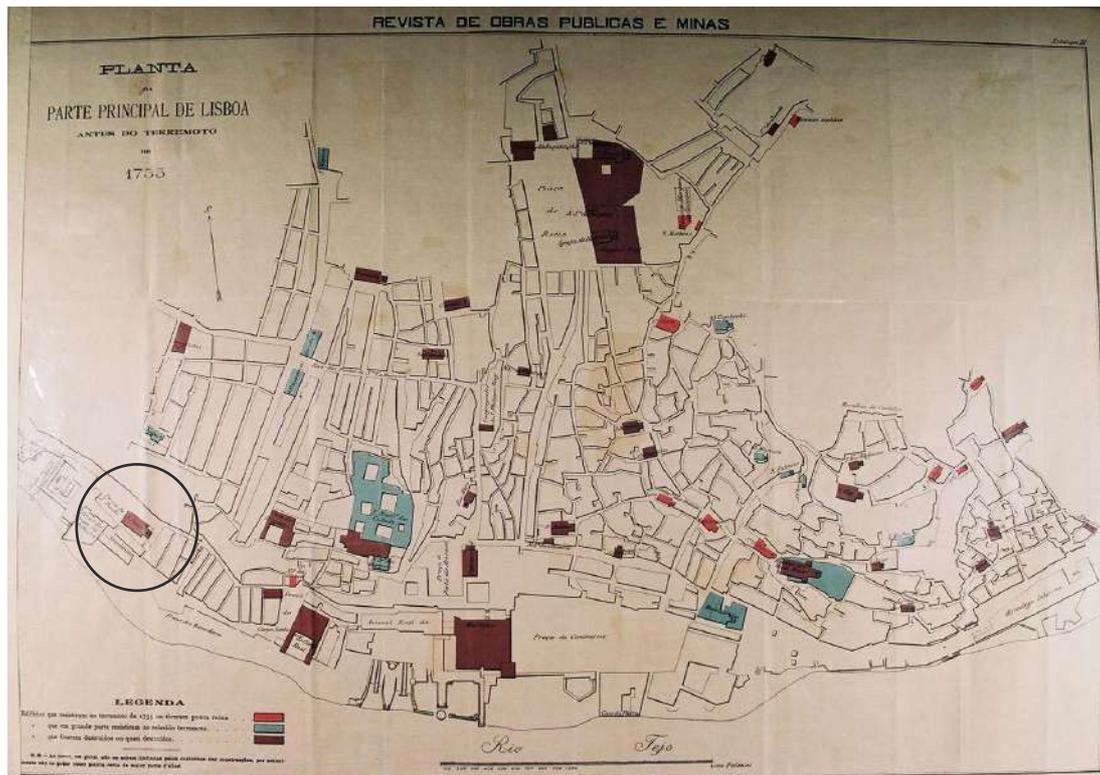


Fig. 2 – Lisboa antes do terramoto de 1755, onde é possível visualizar a localização original da Praça de São Paulo – circunferência a preto no canto inferior direito (Gabinete de Estudos Olissiponenses).

No início do século XXI, e também devido à implementação de políticas urbanas de apoio ao turismo e lazer, surgiram na Praça de São Paulo e em todo o Cais do Sodré, inúmeros espaços de restauração e animação, posicionando esta área como um núcleo de animação noturna da cidade.



Após Março de 2020, no entanto, com a pandemia Covid-19, assistiu-se a um esvaziamento dos espaços públicos durante cerca de dois anos, consequência direta do confinamento imposto pelo Estado. Na Praça de São Paulo e sua envolvente, zona com poucos residentes, este esvaziamento revelou as fragilidades das políticas urbanas mais recentes e a forma deficitária com que a revitalização e reabilitação do centro da cidade de Lisboa foram realizadas. Presentemente, apesar do crescimento do turismo para números que ultrapassam os do período pré-pandemia, novos usos e comportamentos emergiram e cresceram durante o período de confinamento, como a prática de exercício físico, o contacto com a natureza, o recurso ao comércio de proximidade, (Barata-Salgueiro, 2020) e a (re)apropriação e usufruto de espaços públicos.

O Miradouro de Santa Catarina, também designado por Miradouro do Adamastor, pertence à freguesia da Misericórdia desde 2012, localiza-se numa das sete colinas de Lisboa, no Alto de Santa Catarina e permite uma vista panorâmica sobre a cidade de Lisboa, destacando-se a ponte 25 de Abril, o Cristo-Rei, a baixa da cidade, o bairro da Madragoa e a silhueta da margem Sul do Tejo. O Miradouro, anterior logradouro público, apenas foi ajardinado no início do século XX e em 1927 foi colocado no centro do jardim, o conjunto escultórico em homenagem ao Adamastor, assim permanecendo até aos dias de hoje. O lugar de Santa Catarina, cujo nome deriva da igreja paroquial de Santa Catarina do Monte Sinai, mandada erigir em 1557, entretanto demolida em 1861, é descrito como urbanizado desde o século XVI. Assim, antes do terramoto de 1597, na propriedade da Boa Vista, nasceu um aglomerado urbano, mais especificamente, entre as igrejas de Nosso Senhor das Chagas e de Santa Catarina do Monte Sinai ou dos Livreiros, (AA. VV., 2005) (Fig. 3). Após o terramoto de 1755, o lugar de Santa Catarina, mesmo pouco afetado, foi reabilitado, mantendo uma malha histórica de matriz tradicional orgânica.

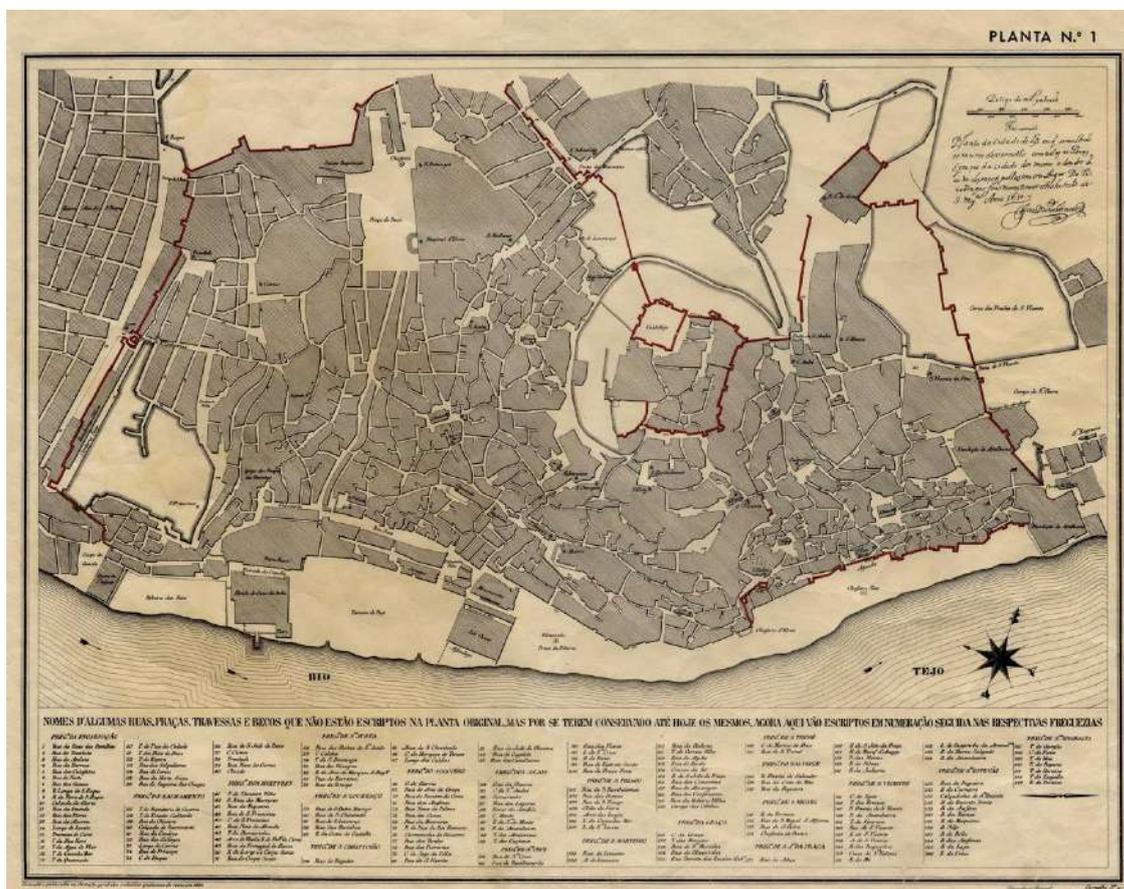


Fig. 3 – Cartografia histórica, série produzida por Tinoco em 1650. No extremo esquerdo do mapa, é possível identificar a Porta de Santa Catarina, Loreto e São Roque (Gabinete de Estudos Olisiponenses).

Mais recentemente, em 2013, o Miradouro foi alvo de obras de requalificação, pela Câmara Municipal de Lisboa, a intervenção consistiu num novo projeto de mobiliário urbano e na reabilitação das ruas circundantes, (Boaventura, 2016). Uns anos mais tarde, em 2018, com a



inauguração da unidade hoteleira de luxo, Verride Palácio de Santa Catarina, o Miradouro viu-se envolto numa polémica, que expôs dois opostos da mesma cidade, de um lado a população residente, que queria evitar a “má frequência” do espaço, argumentando que o miradouro se tornou nos últimos anos um lugar marginal, com demasiado ruído noturno, falta de higiene urbana e insegurança crescente e do outro, os frequentadores do miradouro, que reclamam este espaço à cidade, exigindo o seu livre acesso, sem restrições de horários, (Pincha, 2018).

Assim, com mudanças tão expressivas nestes dois recortes territoriais a nível da sua população residente e por forma a tornar inteligível a leitura destes dois espaços públicos construiu-se uma matriz de indicadores do espaço urbano, que estabelecem critérios de análise objetivos e mensuráveis. Esta matriz irá permitir caracterizar os espaços enquanto estruturas físicas e a sua inserção na malha urbana, através das abordagens morfológica (1), funcional (2), ambiental (3) e social (4), por meio de indicadores quantitativos e qualitativos. Para os indicadores quantitativos determinaram-se para cada um dos elementos observados, as variáveis: quantidade, material e estado de conservação e para os indicadores qualitativos aplicou-se uma avaliação de 1 a 5, onde 1 corresponde a Mau e 5 a Muito Bom, de acordo com a opinião dos usuários e quando aplicável.

Para a caracterização morfológica (1), selecionaram-se os seguintes indicadores: tipologia do espaço, localização no tecido urbano, forma e dimensões, perfil urbano, características do edificado limítrofe ao espaço, orientação e usos das ruas contíguas, entre outros. Ainda na abordagem morfológica selecionaram-se indicadores qualitativos: clareza de leitura, identidade, atratividade do local, densidade de usuários, acesso ao transporte urbano e programa urbano/espacial. Na abordagem funcional (2), os indicadores escolhidos foram: os usos do solo, as acessibilidades os espaços de circulação, a rede viária, etc. Para a caracterização dos espaços públicos através de uma abordagem ambiental (3), os indicadores qualitativos analisados correspondem à qualidade ambiental e à qualidade paisagística. Por último, para uma abordagem social (4), foram considerados indicadores qualitativos, em três períodos distintos do dia, manhã, tarde e noite e em vários dias da semana e fim-de-semana: tipo de atores urbanos e sua caracterização sociodemográfica, tipo de usos e sua frequência nos espaços, formas de apropriação e percepção dos mesmos, onde são analisadas diversas “sensações” dos atores urbanos designadamente, sensação de bem-estar (lixo/insalubridade, odores desagradáveis, tráfego e ruído), de segurança, de exclusão/inclusão e de diversidade cultural e comercial.

Como conclusão é apresentada a matriz de indicadores do espaço urbano, nas várias abordagens: morfológica (1), funcional (2), ambiental (3) e social (4) e sua aplicação aos casos de estudo selecionados. Este é um trabalho em desenvolvimento, pelo que os indicadores qualitativos ainda estão a ser apurados através de observação participante e entrevistas semi-diretivas. Existem tipos de atores urbanos que ainda não foram entrevistados, nomeadamente, residentes e comerciantes. Os resultados provisórios do trabalho de campo indicam, que, para a abordagem morfológica (1), nos dois casos se estudo, existe uma insuficiência/inexistência de mobiliário e equipamento urbano, nomeadamente sinalização e casas de banho públicas, no Miradouro de Santa Catarina acresce a falta de bebedouros, papeleiras e caixotes do lixo, os existentes são claramente insuficientes. Na abordagem funcional (2), destacam-se os passeios muito estreitos, ou a sua inexistência, no caso da Praça de São Paulo e a inexistência de um acesso direto para deficientes físicos do quiosque para o Miradouro, no Miradouro de Santa Catarina. Para as avaliações subjetivas e determinadas pelas preferências individuais do observador e dos atores urbanos entrevistados, realça-se nos casos de estudo a avaliação global entre 4 (Bom) e 5 (Muito Bom) nas abordagens morfológica (1) e funcional (2). Na abordagem ambiental (3), tanto a Praça de São Paulo, como o Miradouro de Santa Catarina são avaliados com um 3 (Razoável), o primeiro, sobretudo pela sua não qualidade paisagística e o segundo, por não possuir proteção aos vários elementos atmosféricos, nomeadamente, exposição solar, proteção ao vento e chuva. Na dimensão social (4), os resultados provisórios apontam, no caso da Praça de São Paulo e sua envolvente, para uma: apropriação do espaço sobretudo feita por turistas, sem-abrigo e atores urbanos que se deslocam para o trabalho/ocupação; na apropriação individual o género masculino



é o preponderante e a classe etária entre os 25 e os 65 é a que predomina; a apropriação deste espaço é feita sobretudo nos períodos do final do dia e noite, à exceção do fim-de-semana, quando a apropriação começa mais cedo, por volta das 14h; até às 18h são poucos os atores urbanos que permanecem no local, os que o fazem demoram-se sobretudo, nas esplanadas dos espaços comerciais, nos degraus do chafariz e nos bancos localizados na Praça. No Miradouro de Santa Catarina, os atores urbanos que podemos encontrar são mais heterogéneos, em relação a São Paulo, desde residentes, turistas, crianças, famílias e a forma de apropriação dominante, é a coletiva, ou seja, no Miradouro de Santa Catarina, a apropriação do espaço é feita essencialmente por grupos, já na Praça de São Paulo, a apropriação individual é corrente. Nos dois casos de estudo, indicadores como sensação de bem-estar, segurança, diversidade cultural, exclusão/inclusão, relevância, bem como a possibilidade de várias ancoragens individuais, coletivas, entre outras são avaliados de uma forma muito positiva, entre o 4 (Bom) e o 5 (Muito Bom), com exceção da diversidade comercial, que é apontada no Miradouro de Santa Catarina como uma variável omissa, levando a que muitos atores urbanos transportem para o local comida e bebida adquirida noutros lugares.

Page | 224

Conclui-se, igualmente, que os Indicadores do espaço urbano permitem avaliar qualitativamente e quantitativamente um determinado espaço, bem como qualificam os espaços através de variáveis por vezes impercetíveis a uma análise exclusivamente empírica e/ou cognitiva. Possibilitam, de igual modo, avaliar as intervenções feitas no espaço público e compreender como estas são percecionadas pelos seus utilizadores, fornecendo-nos informação relevante sobre o desempenho de um determinado espaço e permitindo perceber o porquê de este, ser ou não, um espaço vivido e experienciado por diferentes indivíduos. No futuro, a implementação de um sistema de monitorização de indicadores do espaço urbano, com avaliações periódicas, poderá ser um instrumento de apoio às políticas públicas, permitindo determinar o grau de satisfação dos atores urbanos perante o resultado de ações e decisões operacionais, fornecendo linhas de orientação a decisores e constituindo uma fonte de informação relevante para investigadores, demonstrando as diversas formas e conteúdos de apropriação e produção dos espaços, para assim promover novas formas de pensar a cidade.

**Palavras-chave:** *espaço público; indicadores do espaço urbano; cidade; atores urbanos; apropriação do espaço.*

## REFERÊNCIAS

- De Angelis, et al. (2004) “Metodologia para levantamento, cadastramento, diagnóstico e avaliação de praças no Brasil”, Revista de Engenharia Civil 20. 57-70.  
<http://www.civil.uminho.pt/revista/numero/20>
- Moro, S. A. (2011) “Una metodología sistemática para el análisis de los espacios públicos. El caso de la ciudad de La Plata”, Question/Cuestión, 1(30).  
<https://perio.unlp.edu.ar/ojs/index.php/question/article/view/1072> (Maio 2022)
- Szczepańska, A. e Pietrzyk, K. (2019). A multidimensional analysis of spatial order in public spaces: a case study of the town Morąg, Poland. Bulletin of Geography. Socio-economic series, 44(44),115-129. DOI: <http://doi.org/10.2478/bog-2019-0020>